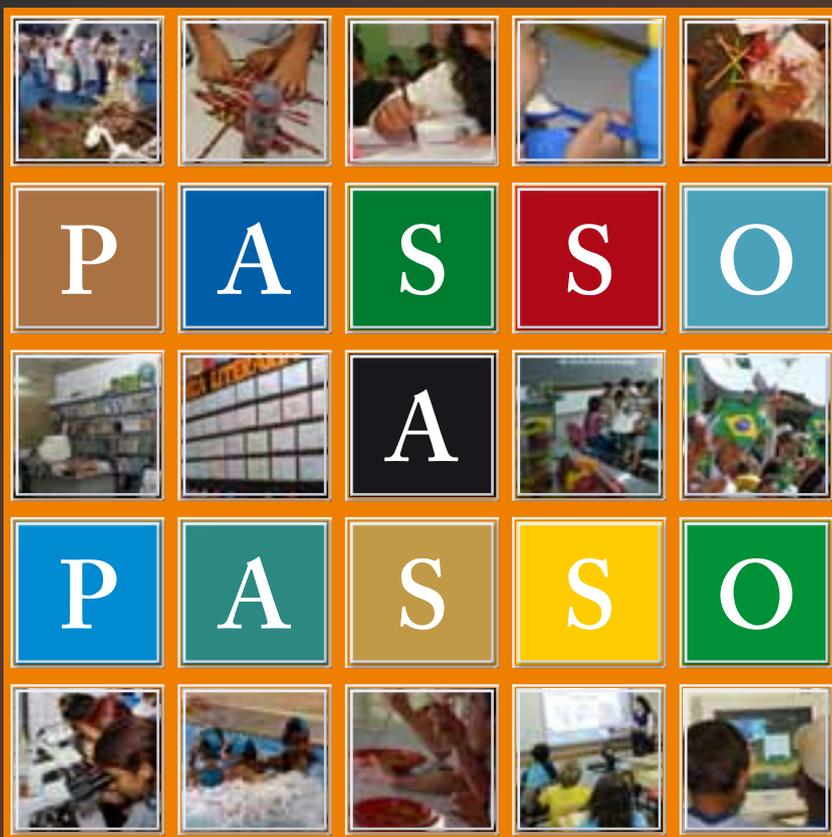


Programa Mais Educação



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO**

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

Diretoria de Concepções e Orientações
Curriculares para Educação Básica

Programa Mais Educação

PASSO A PASSO

Ministério da
Educação

SEB/MEC,2011

REALIZAÇÃO
Secretaria de Educação Básica
Esplanada dos Ministérios, bloco L
Edifício Sede – 5º andar – sala 500
CEP 70 047 900, Brasília – Df
Portal.mec.gov.br

Série Mais Educação

ORGANIZAÇÃO
Jaqueline Moll

PRODUÇÃO
Ministério da Educação

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Leandro da Costa Fialho
Gesuína de Fátima Elias Leclerc

REDAÇÃO FINAL E REVISÃO DE TEXTO
Jaqueline Moll

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Licurgo S. Botelho

FOTOGRAFIAS
Agência Brasil

Programa Mais Educação: Passo a passo

COLABORAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO TEXTO-BASE
Danise Vivian, Débora Kátia Nogueira Cavalli, Gesuína de Fátima Elias Leclerc,
Jaqueline Moll, João Alberto Chagas Lima, Lucenir de Andrade Pinheiro, Márcia
Rosa da Costa, Maria Eliane dos Santos, Neusa Macedo, Suzana Pacheco

FICHA CATALOGRÁFICA

A_{presentação}

Como ideal de uma educação pública e democrática, a proposta de educação integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como sujeito de direitos. Partindo deste entendimento, a Secretaria de Educação Básica – SEB por meio da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica – DCOCEB, incorporou em seus desafios a promoção da Educação Integral, e, com ela a perspectiva de ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para qualificação da educação pública no Brasil. A partir deste ideal constitui-se o Programa Mais Educação como estratégia do governo federal para a promoção da educação integral em jornada ampliada no Brasil contemporâneo.

A proposta educativa que este Programa quer evidenciar articula-se a partir da compreensão de uma escola que baixa seus muros e encontra a cultura, a comunidade, a cidade em processos permanentes de expansão e criação de territórios educativos.

O Passo a Passo do Programa Mais Educação apresenta um conjunto de orientações para sua organização enquanto tecnologia educacional, com o objetivo de convidar você a refletir sobre a implementação da educação integral na sua escola, de forma a atender ao desafio de vincular aprendizagem e vida. Propõe-se ainda a esclarecer ao leitor, acerca do funcionamento do Programa e das possibilidades de sua organização no contexto de cada escola. Espera-se, portanto, que este conjunto de orientações inspire sua prática e o trabalho coletivo da sua escola e colabore para a promoção de uma educação diferenciada, cativante e que compreenda o ser humano em todas as suas dimensões.

1 O que é o Programa Mais Educação?

O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

Trata-se do esforço para construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso, coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude, passando a contar em 2010, com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos territórios educativos.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola com seus gestores, professores, estudantes e funcionários. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade

republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Esse ideal está presente na **legislação educacional brasileira** e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 9089/1990); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996); no Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.179/2001), no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei n.º 11.494/2007), através do financiamento diferenciado às matrículas em tempo integral no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), através do Programa Mais Educação e no Plano Nacional de Educação proposto para o período 2011 - 2020.

Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, inicialmente situadas em capitais e regiões metropolitanas, chegando no ano 2010 em cidades com mais de 90.000 habitantes em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social e educacional, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. Para 2011, prospecta-se sua presença em cerca de 15.000 escolas, incluindo-se municípios com mais de 18.800 habitantes. Até 2014, a previsão é de que o Programa Mais Educação esteja em todo território nacional, chegando a 32.000 escolas.

2 Como funciona o Programa Mais Educação?

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica – SEB, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para as escolas prioritárias, cuja listagem é anualmente incluída no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC (www.simec.gov.br).

Para ampliação do cenário educativo e portanto das oportunidades formativas oferecidas por estas escolas, as atividades fomentadas foram organizadas nos seguintes **macrocampos** :

1. Acompanhamento Pedagógico
2. Educação Ambiental
3. Esporte e Lazer
4. Direitos Humanos em Educação
5. Cultura e Artes
6. Cultura Digital
7. Promoção da Saúde
8. Comunicação e Uso de Mídias;
9. Investigação no Campo das Ciências da Natureza
10. Educação Econômica

De acordo com o projeto educativo em curso na escola, são escolhidas seis atividades, a cada ano, no universo de possibilidades ofertadas. Uma destas atividades obrigatoriamente deve compor o macrocampo acompanhamento pedagógico. O detalhamento de cada atividade em termos de ementa e de recursos didático-pedagógicos e financeiros previstos, é publicada anualmente, em manual específico e relativo a Educação Integral, que acompanha a resolução do Programa dinheiro direto na escola – PDDE do FNDE.

Para saber mais sobre os macrocampos, suas respectivas atividades e ementas, acesse: <http://www.fnde.gov.br> .

MACROCAMPOS E ATIVIDADES:

2.1 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

- Ciências
- Filosofia e Sociologia
- História e Geografia
- Letramento
- Línguas estrangeiras
- Matemática
- Tecnologias de Apoio a Alfabetização

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Com-Vidas – Agenda 21 na Escola – Educação para Sustentabilidade
- Horta escolar e/ou comunitária

2.3 ESPORTE E LAZER

- Atletismo
- Basquete
- Basquete de rua
- Ciclismo
- Corrida de orientação
- Futebol

- Futsal
- Ginástica rítmica
- Handebol
- Ioga
- Judô
- Karatê
- Natação
- Programa Segundo Tempo (ME)
- Recreação/lazer
- Taekwondo
- Tênis de campo
- Tênis de mesa
- Voleibol
- Xadrez tradicional
- Xadrez virtual



2.4 DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO

- Direitos humanos e ambiente escolar

A Educação em Direitos Humanos compreende duas dimensões. A primeira refere-se ao acesso à informação sobre os direitos humanos, pois saber que eles existem e qual é o seu conteúdo é decisivo para o respeito e promoção desses direitos. A segunda dimensão refere-se à vivência desses direitos de forma a possibilitar que os/as estudantes signifiquem as informações e as transformem em um novo modo de conduzir suas vidas.

O Plano de Ação se constituirá de atividades organizadas em oficinas, compreendidas como espaços-tempos para a (con)vivência, a reflexão e o aprendizado coletivos e para a organização de novos saberes e práticas relacionadas aos direitos humanos, em especial aquelas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos

direitos humanos e suas implicações na organização do trabalho pedagógicos, no ambiente da escola e na vidas das pessoas.

Trabalhar um plano de ação no campo de direitos humanos no ambiente escolar implica a organização de atividades através de oficinas. Portanto, propõe-se que este macrocampo, em relação permanente com os outros macrocampos, desenvolva ações interdisciplinares, proponha projetos articuladores de novas práticas e relações no ambiente da escola, promova grupos de estudos e de teatro, realize oficinas de psicodrama, realize passeios temáticos que proporcionem a vivência de outros saberes e culturas, promova campanhas educativas alusivas ao tema dos Direitos Humanos etc., estruturação do “Caminho dos Direitos Humanos na Cidade” onde estudantes possam conhecer, em maquetes e por meio de visitas, os Centros de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, os grupos de Direitos Humanos, as Associações de Moradores, os Centros de Juventude, os Conselhos Tutelares, as Comissões de Direitos Humanos e Minorias das Câmaras de Vereadores e das Assembléias Legislativas, as Delegacias da Infância e da Juventude e da Mulher, os Fóruns e Tribunais de Justiça etc.

Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



2.5 CULTURA E ARTES

- Banda fanfarra
- Canto coral
- Capoeira
- Cineclube
- Danças
- Desenho
- Escultura
- Flauta doce
- Grafite
- Hip hop
- Leitura
- Mosaico
- Percussão
- Pintura
- Prática circense
- Teatro
- Instrumentos de Corda

2.6 CULTURA DIGITAL

- *Software* educacional/Linux Educacional
- Informática e tecnologia da informação (Proinfo e/ou laboratório de informática)
- Ambiente de Redes Sociais

Foto: Agência Brasil/Elza Fiúza



2.7 PROMOÇÃO DA SAÚDE

- Atividades de alimentação saudável/alimentação escolar saudável, saúde bucal, atividades físicas e corporais; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; prevenção ao uso de álcool, fumo e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir da análise situacional das condições de saúde do escolar (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, H1N1 e outras). Propõe-se neste macrocampo o fortalecimento e a ampliação da estratégia de protagonismo juvenil desenvolvida pelo Projeto Saúde e Prevenção na Escola - SPE que integra o Programa Saúde na Escola (PSE).

Foto: Agência Brasil/Eliza Flúza



2.8 COMUNICAÇÃO E USO DE MÍDIAS

- Jornal escolar
- Rádio escolar
- Histórias em quadrinhos
- Fotografia
- Vídeo

2.9 INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA

- Laboratório, feiras de ciências e projetos científicos
- Robótica

2.10 EDUCAÇÃO ECONÔMICA

- Educação econômica
- Educação fiscal e financeira

3 Quais crianças, adolescentes e jovens são atendidos pelo Programa Mais Educação?

Considerando-se o objetivo de garantir o direito de aprender, incidindo-se na diminuição das desigualdades educacionais por meio da ampliação da jornada escolar na perspectiva de educação integral, recomenda-se adotar como critérios para definição dos estudantes do Programa Mais Educação, no caso de a escola optar por não atender a totalidade de seus estudantes:

- estudantes que estão em situação de risco e vulnerabilidade social;
- estudantes que congregam, lideram, incentivam e influenciam positivamente seus colegas;
- estudantes em defasagem ano escolar/idade;
- estudantes dos anos finais da 1ª fase do ensino fundamental (4ª série / 5º ano) e da 2ª fase do ensino fundamental (8ª série/ 9º ano), entre os quais há maior saída extemporânea;
- estudantes de séries/anos nos quais são detectados índices de saída extemporânea e/ou repetência;
- estudantes que demonstram interesse em estar na escola por mais tempo;

Foto: Agência Brasil/Elza Fiúza



- estudantes cujas famílias demonstram interesse na ampliação de sua permanência na escola.

Cada escola, contextualizada com seu projeto político-pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para a definição de quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que todos estudantes participem e que o conjunto da escola participe nas escolhas e definições.

O Programa Mais Educação estabelece o mínimo de 100 estudantes para o início das atividades, contudo não estabelece número máximo de estudantes, o que significa que a escola pode chegar à totalidade de seus estudantes incluídos no programa, de acordo com sua disponibilidade de espaço físico, apoio do sistema de ensino ao qual a escola está vinculada e sua capacidade de articulação com a comunidade.

4 Quais são os profissionais e agentes corresponsáveis pelo desenvolvimento das atividades de Educação Integral do Programa Mais Educação?

É desejável que o debate acerca da educação integral mobilize toda a escola e toda comunidade, mesmo aqueles professores e funcionários que ainda não tem envolvimento direto com o Programa Mais Educação.

Trata-se de refletir acerca desta responsabilidade compartilhada com a família e com a sociedade que é a educação das novas gerações. Cabe permanentemente a questão: qual é o horizonte formativo que a escola passa a vislumbrar com a ampliação da presença dos estudantes, com a ampliação do tempo de escola?

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, dos estudantes em processo de formação docente e dos agentes culturais, que se

constituem como referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos (observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre voluntariado).

Trata-se de uma dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir **redes de aprendizagem**, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes. Nessa nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas, o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na dicotomia entre turno x contraturno, currículo x ação complementar..

Experiências em curso, como a de Belo Horizonte, instituíram a figura do **professor comunitário**. Esse professor, com a constituição de coletivos escolares (Comitês Locais), coordena o processo de articulação com a comunidade, seus agentes e seus saberes, ao mesmo tempo em que ajuda na articulação entre os novos saberes, os novos espaços, as políticas públicas e o currículo escolar estabelecido.

Como contrapartida ao aporte de recursos efetuado pelo MEC nas escolas, a Secretaria ou Estadual de Educação designará um professor de seu quadro efetivo com, preferencialmente, 40 horas semanais para exercer a função de professor comunitário, e esse coordenará a oferta e a execução das atividades de Educação Integral através do Programa Mais Educação.

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



5 Quem pode ser o professor comunitário?

Não há uma definição acerca de quem pode exercer a função de *professor comunitário* (repetimos: que é sempre um professor concursado do quadro da escola). Podemos apontar algumas características importantes.

- Aquel@ professor(a) solícito e com um forte vínculo com a comunidade escolar.
- Aquel@ que escuta os companheiros e estudantes, que busca o consenso e acredita no trabalho coletivo.
- Aquel@ que é sensível e aberto as múltiplas linguagens e aos saberes comunitários.
- Aquel@ que apóia novas idéias, transforma dificuldades em oportunidades e dedica-se a cumprir o que foi proposto coletivamente.
- Aquele que sabe escutar as crianças, adolescentes e jovens e que tem gosto pela convivência com a comunidade na qual atua.
- Aquele que se emociona e compartilha as histórias das famílias e da comunidade.

Um professor/uma professora assim tem um excelente perfil, tendo em vista que seu trabalho terá como foco:

- organização deste tempo ampliado como tempo contínuo no currículo escolar,
- acompanhamento dos monitores,
- diálogo com a comunidade,
- proposição de itinerários formativos que transcendam os muros da escola alcançando as praças, os teatros, os museus, os cinemas, entre outros.
- construção de “pontes” entre a escola e a comunidade.

6 Qual é o papel do diretor da escola?

O diretor da escola, por meio de sua atuação com o Conselho Escolar, tem o papel de incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias. Nesse sentido, o trabalho do diretor também tece as relações interpessoais, promovendo a participação de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisão, de previsão de estratégias para mediar conflitos e solucionar problemas. Cabe ao diretor promover o debate da Educação Integral em jornada ampliada nas reuniões pedagógicas, de planejamento, de estudo, nos conselhos de classe, nos espaços do Conselho Escolar, nas atividades com a comunidade escolar.

Isso porque a Educação Integral representa o debate sobre o próprio projeto educacional da escola, da organização de seus tempos, da relação com os saberes, com práticas contemporâneas e com os espaços potencialmente educadores da comunidade e da cidade. O resultado esperado é o envolvimento de toda a comunidade, em especial dos estudantes, para a construção de um ambiente favorável à aprendizagem. Cabe também ao diretor garantir

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas das atividades formativas do Programa Mais Educação, garantir a transparência nas prestações de contas dos recursos recebidos e fomentar a organização do Comitê Local.

7 O que é o Comitê Local?

O Comitê Local tem por objetivo integrar diferentes atores do território em que a escola está situada para formular e acompanhar o Plano de Ação Local de Educação Integral – plano que contempla as atividades escolhidas, as parcerias estabelecidas, o número de estudantes atendidos. Os territórios se constituem a partir da escola e abarcam o entorno no qual os estudantes vivem. Além disso, são perpassados pelo conjunto dos serviços, programas, projetos e equipamentos das políticas de educação, cultura, assistência social, esporte, educação ambiental, ciência e tecnologia e outras. O conjunto de atores sociais presentes neste espaço também constituem o território (ONGs, associações comunitárias, clubes de mães, associações comerciais, entre outros.).

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



O Comitê Local deve configurar-se a partir da seguinte formação, podendo incluir outros atores sociais, de acordo com a especificidade do território:

- Diretor/diretora da escola;
- Professor/professora comunitári@;
- Profissional responsável pela Unidade Executora do PDDE;
- Professor@s;
- Agentes culturais, monitores, estagiários;
- Funcionári@s da escola;
- Estudantes;
- Profissionais que atuam em diferentes programas governamentais e não-governamentais;
- Representante do Comitê Metropolitano;
- Representantes dos pais e da comunidade onde está situada a escola.

Atribuições do Comitê Local:

- Mapear as oportunidades educativas dos territórios em termos de políticas públicas, atores sociais, equipamentos públicos e outros espaços para realização das atividades formativas;
- Formular, acompanhar e avaliar o Plano de Ação Local de Educação Integral considerando o Plano de Atendimento da Escola;
- Celebrar parcerias para potencializar as oportunidades educativas mapeadas;
- Levantar as demandas e indicar a formação dos profissionais para atuar no Programa Mais Educação em âmbito local;
- Enviar periodicamente informações sobre o andamento do Programa para o Comitê Metropolitano;
- Solicitar ao Comitê Metropolitano informações sobre o desempenho do Programa na região.

8 Como posso fazer Educação Integral em minha escola, sem o apoio financeiro do Programa Mais Educação ?

A escola poderá contar com o apoio financeiro dos governos municipais e estaduais. No Brasil, existem experiências de Educação Integral que começaram antes da aprovação do FUNDEB e nem todas contaram com apoio financeiro do MEC, vide pesquisa encomendada pelo MEC e realizada pela UNIRIO, UFMG, UFPR e UNB¹.

Nos casos em que as próprias Secretarias de Educação não dispõem de recursos financeiros, a escola poderá começar pela organização de atividades educacionais complementares que comecem a ensejar o debate acerca da Educação Integral em jornada ampliada, atividades selecionadas dentre as atividades sugeridas pelo Programa Mais Educação e adaptadas às condições reais da escola. Essas atividades, com turmas formadas por estudantes de diferentes anos e classes, serão realizadas no turno inverso ao das aulas regulares, planejadas em conformidade com o projeto político pedagógico da escola. É importante ressaltar que o critério para cômputo da matrícula em Educação Integral especificado no Censo Escolar (anual) considera a declaração das matrículas com no mínimo de 7 horas diárias/5 dias por semana, para que a Secretaria Estadual ou Municipal de Educação possa receber recursos específicos e ampliados do FUNDEB para educação integral, que correspondem a 30% a mais em relação as outras matrículas.

A escola pode acessar a Portaria 873 de 1º de julho de 2010 no site <http://www.fnde.gov.br/fundeb/legislacao> para maiores informações.

1 Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira
Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2426&Itemid

9 Como faço, se minha escola não tem espaço ?

1° PASSO

“É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”.

Provérbio africano

O espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar. O mapeamento de espaços, tempos e oportunidades é tarefa que deve ser feita com toda a comunidade.

Depoimento:

“Quando a gente pensa em identificar potenciais do bairro que possam ser objeto de um programa de Educação Integral, sempre aparece “Ah! Cinema, teatro, centro cultural...” e não tem nada disso nos bairros de Nova Iguaçu! E aí esse era o grande desafio. O pessoal ia para fazer mapeamento, voltava e falava “não tem nada...” como não tem nada? Volta de novo! “Não...não tem nada.” E aí um dia, a gente falou “gente, tem gente e aonde tem gente as pessoas se relacionam, descobre que lugares são esses, que são esses nossos parceiros!” E aí a gente identificou uma igreja, uma associação, um campo, um salão de festas, e aí fomos conversar com essas pessoas, com essas instituições e ver de que forma a gente poderia trabalhar com a ociosidade desses espaços.”

Maria Antônia Goulart

Bairro Escola / Nova Iguaçu-RJ – In: O Direito de Aprender (vídeo)

Inicialmente, é importante mapear os espaços da escola e os da comunidade, verificando quais atividades é possível desenvolver e como fazê-lo. Imagine esse mapeamento no quadro ao lado:

Muitas vezes, a escola tem uma sala onde são deixadas somente as caixas com os materiais que o MEC envia! Os manuais, os livros, os jogos devem chegar nas mãos de quem precisa deles. Vamos lá, professora! Distribua os materiais! Faça uma estante e ponha os

	Espaços	Horários Disponíveis	Atividades
Na escola	<ul style="list-style-type: none"> - Biblioteca - Pátio coberto - Sala de leitura 	2ª, 4ª e 6ª manhãs	
Na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Sala paroquial - Espaços dos escoteiros - Centros comunitários - Praças 		
Em outros espaços	<ul style="list-style-type: none"> - Museu da cidade - Pátio corpo de bombeiros - Quartel das forças armadas 		

livros no canto da sala que vira um projeto de biblioteca! Esvazie a sala e tenha um espaço a mais para as atividades de Educação Integral!

Em outros lugares há salas com entulhos: cadeiras e mesas quebradas, matérias ultrapassados, caixas com atas e registros antigos. É preciso arejar estes espaços e ressignificá-los.

No pátio podem ser colocadas mesas para os jogos de xadrez e tênis de mesa. Em alguns lugares, as escolas colocaram toldos/pequenas coberturas que vêm permitindo atividades de teatro, de dança, jornal escolar, entre outros. Enfim o desafio que está posto é de redescobrir a escola e seu entorno, ressignificando seus espaços!

Um dos momentos mais ricos do convívio na educação integral é o da alimentação, oferecida na própria escola. Os hábitos saudáveis na alimentação podem ser compartilhados entre os estudantes. Graças à decisão sobre cardápios, negociada com bases nas informações das diferentes disciplinas (regionalidade, estações, grupos culturais, cores, etc), pode-se adotar alguns ritos de valorização do convívio, dos espaços coletivos e do cultivo de boas maneiras. Recomenda-se o apoio dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAES.

O valor da alimentação referente à educação integral/mais educação é diferenciado e as informações podem ser encontradas no sitio do FNDE sobre alimentação escolar - <http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>.

10 As atividades de Educação Integral dialogam com o que a escola já faz?

2º PASSO

No contexto em que se preconiza a Educação Integral, o projeto político pedagógico deve ser construído considerando as experiências que são vividas na escola, sem ficar restrito ao ambiente de sala de aula e aos conteúdos que representam os conhecimentos científicos. Nesse sentido, é preciso oferecer às crianças, adolescentes e jovens diferentes linguagens e valorizar suas vivências, modificando o próprio ambiente escolar e a produção do conhecimento. As diferentes formas que as crianças, adolescentes e jovens utilizam para se expressar são as suas linguagens, por meio das quais demonstram o que sentem e pensam sobre o mundo que os cerca. Tais linguagens não podem ser ignoradas e devem estar presentes na organização do espaço escolar, em diálogo com os saberes institucionalizados. Em um mundo onde as mudanças são cada vez mais rápidas, é necessário trabalhar com diferentes saberes nos diferentes campos disciplinares.

As atividades para as crianças e jovens participantes da Educação Integral devem estar relacionadas às atividades que

Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



já são desenvolvidas na escola, que afinal é uma só. Seu projeto político-pedagógico, por ser o documento que traduz a filosofia e a forma de organização pedagógica e curricular, traduz as intenções e relações estabelecidas entre todas as atividades desenvolvidas no ambiente educativo. É preciso pensar um *continuum* no tempo escolar que está sendo ampliado, superando as aparentes facilidades representadas pela organização das atividades complementares que não se comunicam com o que já está estabelecido no espaço escolar.

A organização curricular contempla não só os conteúdos que são desenvolvidos com os alunos, mas todas as intenções educativas da instituição. Diz respeito tanto aos conhecimentos de situações formais e informais, assim como aos conteúdos e situações que a escola propõe como vivência aos seus alunos e às diferentes relações estabelecidas na condução desse processo.

Nessa perspectiva, a concepção de Educação Integral também aparece explicitada no projeto político-pedagógico da escola, mostrando as interfaces que são estabelecidas no desenvolvimento do trabalho educativo.

Para isso, é importante que seja mapeado o que a escola já faz.

1º) Inicie em sua escola uma avaliação e um levantamento de sugestões com os educadores, a partir das seguintes questões:

- Quais ideias os educadores possuem de Educação Integral? Como vêem a possibilidade da ampliação da jornada diária?
- A escola já oferece atividades, oficinas/cursos, para os alunos em turno inverso ao turno de aula? Quais são?
- Como são desenvolvidas essas atividades? Quais alunos frequentam essas atividades?
- Com que recursos materiais conta?
- Quem desenvolve essas atividades? Com quem mais a escola poderia contar?
- São realizadas parcerias para o desenvolvimento dessas atividades?

- Como a escola organiza o ambiente escolar para o desenvolvimento dessas atividades?
- Como é a convivência na escola? Como será essa convivência com o desenvolvimento de um número maior de atividades? Como qualificar a convivência na escola?
- Se ainda não são desenvolvidas atividades de Educação Integral quais atividades poderiam ser mais adequadas? Como elas serão desenvolvidas?
- Há na escola a prática de aulas passeios, visitas guiadas, atividades experimentais fora da escola? A que lugares a escola costuma levar os estudantes?
- Há outros programas/projetos governamentais (federais, estaduais, municipais ou da sociedade civil) sendo realizados na escola? Exemplo: Programa Escola Aberta, Programa Saúde na Escola, Programa Escola que Protege, Estratégia Com-Vidas ou Amigos da Escolas, entre outros)

2º) A partir da busca de respostas e do levantamento obtido, organize-as da seguinte forma:

- a) concepções de Educação Integral;
- b) atividades que a escola já realiza em turno inverso ao de aula, nos finais de semana (escola aberta) e, ainda, para enriquecer as aulas;

Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



- c) atividades que a escola poderia realizar em turno inverso ao de aula;
- d) as parcerias estabelecidas com instituições externas à comunidade ou parcerias que seriam possíveis.

Exemplos: atividades pensadas para datas comemorativas; os grupos que já participaram de peças de teatro, jograis, apresentações culturais diversas; os grupos que utilizam o espaço da escola para práticas esportivas; a destinação de espaços para encontros de grupos, para auxílio na realização das tarefas escolares; a abertura dos laboratórios de informática para uso dos alunos; as experiências de palestras e projetos empreendidos por instituições, voluntários, universidades, ONGs; as projeções de filmes; as exposições artísticas e culturais, excursões e outras.

3º) Proponha um momento de reflexão e estudo com os educadores sobre o significado de Educação Integral; para isso, conheça as experiências por meio dos materiais distribuídos pelo MEC e outras instituições. Os materiais estão disponíveis no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12499&Itemid=817

4º) Proponha um momento de reflexão e estudo para repensar o projeto político-pedagógico da escola e para reescrevê-lo, contemplando a concepção de Educação Integral adotado pela escola e descrevendo as atividades.

5º) Transforme essas experiências de reflexão e estudo em um momento de planejamento, por meio do qual, em linhas gerais, serão colocadas em prática as atividades de Educação Integral inspiradas nos macrocampos.

O processo de reelaboração do projeto político-pedagógico contemplando a Educação Integral e a elaboração do planejamento prevendo as atividades, os responsáveis e corresponsáveis, quando, onde e com quais recursos essas atividades serão realizadas, permitirá que você e seu grupo de educadores reflitam sobre as atividades desenvolvidas na escola. Então, é hora de passar para o próximo passo.

11 ... mas, na hora H, na prática, como é isso?

3º PASSO

Como fazer acontecer as atividades na escola?

1º) É importante que seja definido o professor comunitário da escola, pois ele tem a atribuição de coordenar as atividades. Assim, agora vamos nos dirigir a ele.

2º) Planejamento

Professor comunitário!

Chegou a hora de planejar diretamente como irão acontecer as atividades de Educação Integral, para isso estamos sugerindo um quadro de trabalho que você poderá reproduzir e preencher para auxiliar no planejamento das atividades. É muito importante que a proposta de atividades e os critérios sejam discutidos com as famílias para que haja adesão voluntária. Veja os quadros a seguir:

3º) Sugestões para a organização curricular

4º) Organização dos recursos e do espaço

Modelo – Organização dos recursos e do espaço

Quais serão os macrocampos e as atividades? Haverá lanche? Haverá almoço?	Onde funcionarão? Quem prepara a alimentação?	Quando funcionarão?
Atividade:	Local:	Turno:
Macrocampo:		Horário:
Atividade:	Local:	Turno:
Macrocampo:		Horário:
Atividade:	Local:	Turno:
Macrocampo:		Horário:
Atividade:	Local:	Turno:
Macrocampo:		Horário:
Atividade:	Local:	Turno:
Macrocampo:		Horário:

Diretor e professor comunitário!

Vamos organizar os espaços e preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento das atividades de Educação Integral e apresentar o Plano de Educação Integral e a proposta de atividades à comunidade escolar.

5º) Definição do público para Educação Integral, quem serão os estudantes?

Professor comunitário!

Abaixo sugerimos um quadro de trabalho com os nomes dos alunos que participarão das atividades, no caso de que nem todos os estudantes da escola participem. É muito importante ter o registro dos alunos que participarão, explicitando qual foi o critério utilizado para selecioná-los, qual a atividade de que participarão e qual o turno.

Modelo – Definição do público para Educação Integral

Nome do Aluno	Ano/Série	Critério para participação	Atividade(s)	Turno

Quem serão os responsáveis? Quem fica com as crianças na hora do almoço?	O que será necessário? (Recursos materiais e pessoal)
Responsável:	Recursos materiais:
	Recursos humanos:
Responsável:	Recursos materiais:
	Recursos humanos:
Responsável:	Recursos materiais:
	Recursos humanos:
Responsável:	Recursos materiais:
	Recursos humanos:
Responsável:	Recursos materiais:
	Recursos humanos:

Dia a dia

	Atividade Macrocampo	Nº de Estudantes
2º feira		
3º feira		
4º feira		
5º feira		
6º feira		

12 Como dialogar com as famílias?

Este processo todo implica alianças com os familiares e com os responsáveis pelos estudantes. Para que a educação seja “integral”, a família – compreendida como uma comunidade formada por pessoas que são ou se consideram aparentadas, unidas por laços, por afinidades ou por vontade expressa –, participa ativamente da vida escolar. Portanto a escola deve promover o diálogo com a família.

Já sabemos que muitos estudantes que apresentam bons resultados na vida escolar têm a família como partícipe no processo de aprendizagem.

Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



Local	Monitor	Recursos necessários

Vamos refletir, com Paulo Freire:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões, punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber que vai além do saber da pura experiência feita, que leve em conta suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates, idéias, soluções, reflexões, aonde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nesta escola os meios de auto-emancipação intelectual, independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser. (Pedagogia do Oprimido, 1991, p.16).

13 Onde posso buscar subsídios para as atividades propostas pelo Mais Educação?

LISTA DE LINKS:

Domínio público:

www.catracalivre.com.br

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>

Museus no Brasil

Museu de Arte Moderna da Bahia - <http://www.mam.ba.gov.br/>

Museu Alfredo Andersen - <http://www.maa.pr.gov.br/>

Museu de Arte Contemporânea do Paraná - <http://www.mac.pr.gov.br/>

Museu da Imagem e do som do Paraná - <http://www.mis.pr.gov.br/>

Museu Oscar Niemeyer - <http://www.pr.gov.br/mon/>

Casa João Turim - <http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=258>

Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – MOMAM

Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães - <http://www.mamam.art.br/>

Museu de Arte Sacra do Rio de Janeiro - <http://www.catedral.com.br/>

MAM - Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

MAC - Museu de Arte Contemporânea de Niterói

<http://www.museuscastromaya.com.br/home.htm>

Centro Cultural da Justiça Federal - <http://www.cycity.com/rio-de-janeiro/cultura/museus-e-centros-culturais/centro-cultural/centro/centro-cultural-justica-federal-ccjf>

Museu Nacional – UFRJ - <http://www.museunacional.ufrj.br/>

Museu de Arte do rio Grande do Sul Aldo Malagoli - <http://www.margs.rs.gov.br/>

Museu Virtual Iberê Camargo - <http://www.iberecamargo.org.br/>

Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo – Pelotas/RS - <http://www.ufpel.tche.br/ila/malg/>

Museu Victor Meirelles – Florianópolis/SC - <http://www.guiafloripa.com.br/victormeirelles/>

Museu de Arte Contemporânea da USP - <http://www.mac.usp.br/mac/>
Museu do Ipiranga da USP - <http://www.mp.usp.br/>
MASP – Museu de Arte de São Paulo - <http://masp.art.br/masp2010>
Pinacoteca do Estado de São Paulo - <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca/>
Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM - <http://www.mam.org.br/2008/portugues/default.aspx>
Museu da Casa Brasileira - <http://www.mcb.sp.gov.br/>
Museu Casa de Portinari – Brodowski - <http://www.museucasadeportinari.org.br/>
Instituto de Estudos Brasileiros – IEB - <http://www.ieb.usp.br/>
Centro Cultural de Artes – Campinas/SP - <http://www.puc-campinas.edu.br/cca/historico/>
Centro Cultural KLasar Segall - <http://www.museusegall.org.br/>
Museu da Língua Portuguesa - <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/institucional.php>
Museu do futebol - <http://www.museudofutebol.org.br/historia/>
Museu Nacional do Mar - <http://www.museunacionaldomar.com.br/>
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/>
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-g.htm>
<http://www.museuimperial.gov.br/portal/arquivo-historico.html>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Museus_de_hist%C3%B3ria_do_Brasil
<http://www.museuimperial.gov.br/portal/>
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/>
<http://www.museudooratorio.com.br/>
http://turismo.ig.com.br/destinos_nacionais/2010/05/17/melhores+museus+historicos+e+de+arte+religiosa+no+brasil+9487455.htm
http://bunkyo.bunkyonet.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=61%3Amuseu-historico-da-imigracao-japonesa-no-brasil&catid=60%3Amuseu&Itemid=113&lang=br

Casa de ciências

<http://www.casadaciencia.ufrj.br/>

Literatura

<http://www.biblio.com.br/>

14 Palavras finais

Restituir a condição de ambiente de aprendizagem da comunidade e transcender à escola como único espaço de aprendizagem representa um movimento de construção de redes sociais e de cidades educadoras. A comunidade e a cidade apresentam diferentes possibilidades educacionais e de construção de conhecimento por meio da observação, da experimentação, da interação e, principalmente, da vivência.

Foto: Agência Brasil/Marcello Casal Jr.



Créditos:

Danise Vivian

Debora Kátia Nogueira Cavalli

Gesuina de Fátima Elias Leclerc

Jaqueline Moll

João Alberto Chagas Lima

Lucenir de Andrade Pinheiro

Márcia Rosa da Costa

Maria Eliane dos Santos

Neusa Macedo

Suzana Pacheco

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO**

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

**Diretoria de Concepções e Orientações
Curriculares para Educação Básica**

Esplanada dos Ministérios,
Bloco L, Anexo II, Sala 300
CEP 70.047-900, Brasília, DF
Tel.: (61) 2022-9112/2022-9111
portal.mec.gov.br/secad

**Ministério da
Educação**